

Será esta década, a da igualdade?

Marcelo Neri

Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV

Luisa Carvalhaes

Pesquisadora do CPS do IBRE/FGV

O Hino Nacional entoar: “se o penhor dessa igualdade/conseguimos conquistar com braço forte”. É um desígnio condicional. Agora não devemos descartar a possibilidade de começarmos a realizá-lo, não individual, mas coletivamente. Se um historiador do futuro fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda, ou da equalização de resultados. Da mesma forma que a década de 1990 foi a da conquista da estabilidade e a de 1980, a da redemocratização.¹

Não há na História brasileira, estatisticamente documentada (desde 1960), nada similar à redução da desigualdade observada desde 2001. A queda acumulada é comparável, em magnitude, ao famoso aumento da desigualdade dos anos de 1960 que colocou o Brasil no imaginário internacional como a terra da iniquidade inercial. Segundo o Banco Mundial, os dados de 2005 já colocavam o Brasil como o 10º país em desigualdade do mundo — antes éramos terceiro. Ou seja, a má notícia é que ainda somos muito desiguais, a boa é que há muita desigualdade a ser reduzida e, conseqüentemente, muito crescimento de renda a ser gerado na base da pirâmide de renda. Mal comparando, é como se o Brasil tivesse descoberto — apenas neste século — estas reservas de crescimento pró-pobre.

A Índia, por exemplo, um país igualmente pobre com um índice de desigualdade que é metade do nosso tem como alternativa básica para combater a pobreza apenas o crescimento da renda da sociedade. Similarmente, a Bélgica, um país igualmente rico, não tem em termos substantivos alternativa adicional para melhorar o bem-estar da população

além do crescer. Já na chamada “Belíndia” brasileira, além do crescimento que é uma fonte sem limites de melhora de bem-estar, temos a opção de reduzir a desigualdade como forma de atenuar a pobreza e o bem-estar.

Obviamente, a equidade tem um piso inferior, é finita como, por exemplo, as reservas de petróleo também o são, mas estamos muito distantes deste limite da exaustão. Nenhum país do mundo pode reduzir a pobreza através de redistribuição em alta escala do que o Brasil. Obviamente, como se diz, o combate à desigualdade é o colesterol. Há o bom e o mal combate com conseqüências diversas para o organismo econômico. É preciso, além de se preservar os incentivos ao crescimento da renda de todos, chegar às causas mais fundamentais da desigualdade, abordando as diferenças intergeracionais de oportunidades. Estamos nos últimos anos apenas começando a explorar a superfície da desigualdade de resultados.

Perspectiva — A bandeira brasileira é a única que retrata de maneira literal o céu do país, o que talvez reflita um hábito de olharmos muito para cima. A alta desigualdade brasileira é por sua vez sinal de que olhamos pouco para as pessoas ao nosso lado. Ela reflete — por preferência revelada — a nossa incapacidade de enxergar as distâncias estelares entre as pessoas ao redor. O estudo da desigualdade mede a distância transversal entre pessoas, projetando para cima e para o alto é uma ação similar à medição da distância entre as estrelas. Se o estudo da desigualdade brasileira for como a análise do movimento de corpos celestes, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) seria o anteparo recebendo e difundindo a luz vinda dos céus brasileiros um

ano após. A PNAD permite aos caçadores de estrelas mirarem em atmosfera razoavelmente límpida e observar os principais movimentos relativos dentro da sociedade brasileira do ano que passou.

Olhamos aqui, como se usando o foco de uma luneta, os deslocamentos relativos ocorridos na renda das diferentes classes de brasileiros. De todas as mudanças observadas a partir do recente lançamento da PNAD 2007 do IBGE, a que mais chama a atenção é a redução da desigualdade de renda. Apesar de um pouco inferior às maiores redistribuições observadas na série histórica como as de 1986, 1990 e 2004, a do ano passado dá seqüência à tendência de desconcentração iniciada na virada deste século.

A desigualdade de renda brasileira, que ficou estagnada entre 1970 e 2000, sofre sucessivas quedas, ano após ano, desde 2001, comparável, em magnitude, ao único deslocamento conhecido: o aumento da desigualdade da década de 1960. A desigualdade de renda domiciliar *per capita* medida pelo Gini cai, em 2007, cerca de 0,0074 pontos que é 10% superior ao ritmo de queda assumido de 2001 a 2006 (0,0067).

Destaque — Entre todas as mudanças observadas, a redistribuição de renda é, em nossa opinião, o destaque em 2007, até porque o crescimento da média de renda *per capita* de 2,3% foi, surpreendentemente, baixo tanto à luz do PIB *per capita* de 2007 (cerca de 4%), como das PNADs dos anos anteriores (9,16%, em 2006, e 6,63%, em 2005). É na desigualdade que residiu a força motriz de continuidade de redução da miséria que passa de 19,18% da população, em 2006, para 18,11%, em 2007, ou seja, cerca de 1,5 milhões de pessoas cruzaram a linha de renda abaixo de 135 reais/mês por pessoa. O número correspondente de miseráveis atinge pela nova PNAD 33,68 milhões de pessoas. A proporção de miseráveis cai 5,6%, em 2007, inferior, portanto, à queda de 15%, em 2006, à de 10,33%, em 2005, e à de 9,85%, em 2004. Por outro lado, em 2007, o ritmo de redução da miséria está mais de duas vezes mais rápida que o requerido para atender às metas de redução de extrema pobreza da primeira das metas do milênio da ONU (2,73% ao ano) e um pouco superior ao ritmo observado desde 1993 no Brasil (4,3% ao ano).

O ano de 2007 se apresenta como a melhor síntese do acontecido com os principais indicadores sociais agregados ao longo desta década. Em primeiro lugar, o crescimento da renda *per capita* de 2,26% é o mais próximo da média dos últimos sete anos (2,5% ao ano). A miséria, enquanto insuficiência de renda, cai 5,59%, em 2007, contra 6,7% ao ano do período — mais uma vez, o ano isolado mais próximo da média da década (6,72% ao ano). Finalmente, como vimos, o ritmo de queda de desigualdade medida pelo índice de Gini de renda *per capita* também é o mais próximo da média da década, cerca de 10% acima desta, uma marca histórica.

A desigualdade de renda brasileira é resultado da interação de causas diversas, e também tem seus impactos em campos diferentes da nossa vida social, começando pelo crime,

O ano de 2007 se apresenta como a melhor síntese do acontecido com os principais indicadores sociais ao longo desta década

passando pela saúde, chegando à atividade dos mercados consumidores. Há uma camada mais profunda de fontes de distribuição de renda que afloram hoje, como as políticas educacionais e reformas estruturais progressas. Há também as mudanças das políticas de renda do passado mais recente com destaque aos impactos dos reajustes do salário mínimo e da expansão do Bolsa Família.

Em 2007, talvez por não ser ano eleitoral, não houve colheita de efeitos da expansão das transferências públicas, mas um desempenho trabalhista diferenciado frente aos anos anteriores. A geração líquida de postos de trabalho foi mais de 50% inferior à dos três anos anteriores com destruição líquida dos postos de trabalho de menor qualidade, mas com recorde na geração de emprego formal. O mercado de trabalho brasileiro ficou mais fordista e formal. Há sinais de que o chamado “apagão” de mão-de-obra começa a se refletir na atração trabalhista e evasão de jovens dos bancos escolares, o que tende a agravar mais o problema no futuro. Isto em plena vigência do Pro-Uni que busca aumentar o acesso a universidade. A escolarização de jovens de 18 a 24 anos caiu 4,5%, enquanto o contingente nesta faixa etária diminuiu apenas 1,8%. As estatísticas educacionais para estudantes mais jovens também demonstra saturação nos avanços da cobertura — a não ser aqueles de cinco e seis anos impactados pela introdução do ensino de nove anos.

Este cenário demonstra a importância de medidas e metas de aumento da qualidade de educação como aquelas embutidas no chamado PAC educacional do governo federal e no movimento Todos pela Educação da sociedade civil. Educação e trabalho, nesta ordem, são os determinantes mais fundamentais do nível e desigualdade futura de renda do país.

Desafios — De forma mais geral, 2007 mostra que avanços e/ou desafios não estão na quantidade, mas mais na qualidade seja de renda, de trabalho e da educação. Na educação, temos de aproveitar a redução do número de crianças e adolescentes para aumentar a jornada escolar e melhorar o aprendizado e desempenho escolar dos filhos deste solo. No trabalho, temos de entender as causas da crescente formalização para incentivá-la através da colheita de frutos de educação de maior qualidade pela força de trabalho e de mudanças — para melhor — das instituições trabalhistas. Finalmente, o crescimento pífio da renda média da PNAD destes anos tem seu impacto alavancado também por *upgrades* qualitativos: a maior equidade de renda combinada com sua maior sustentabilidade desse movimento fruto da expansão trabalhista, ora em curso.

Não há na História brasileira, estatisticamente documentada (desde 1960), nada similar à redução da desigualdade observada desde 2001

Senão, vejamos: 2007, assim como a década até agora vista como um todo, destaca-se menos pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população, do que pela redução da desigualdade observada. A desigualdade medida pelo índice de Gini cai 1,32%, um valor superior a quatro dos cinco anos da década da redução da desigualdade: -1,2%, em 2002; 1%, em 2003; -1,9%, em 2004; -0,6%, em 2005; e -1,06%, em 2006. Conforme o gráfico 1, com o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2007 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (49,25%) ao último décimo (6,70%) — este caráter progressivo não é tão bem traduzido pelas, aparentemente, pequenas mudanças das séries do índice de Gini.

Destacando da análise o último ano da pesquisa de 2007, percebemos reduções de renda nos dois extremos da distribuição de renda, em particular entre os 10% mais pobres de -5,3%, o que parece indicar um aumento de pessoas com renda nula revertendo à tendência dos últimos anos. Observamos uma virtual estagnação da renda *per capita*, em 2007, de -0,1% entre os 10% mais ricos. Os décimos que mais ganham, em 2007, são o quinto, o sexto e o sétimo — o que acarretará redução da polarização da distribuição, que redundará no crescimento relativo da parcela da chamada nova classe média, como veremos à frente.

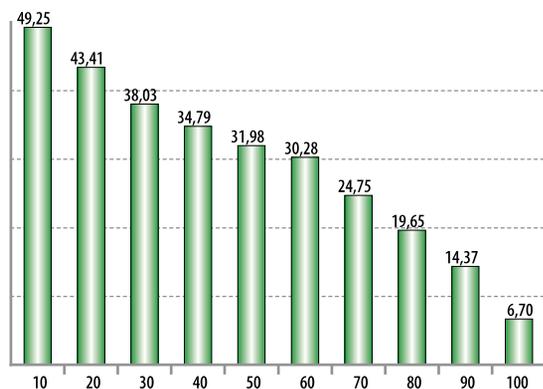
Os dados da PNAD revelam uma redução expressiva da renda do resíduo da PNAD, onde entra o chamado efeito Bolsa

Família. Uma queda de renda do primeiro décimo de mais de 5%, fruto de um aumento de rendas nulas de 50% entre 2006 e 2007. Em função disto, andamos para trás nas metas do milênio de US\$ 1, retrocedemos nas rendas de transferências sociais e ficamos todos mais confusos. Conforme anunciamos no ano passado, o Brasil já havia cumprido a primeira, e talvez mais conhecida, das oito Metas do Milênio da ONU, referente à redução da miséria extrema em 50% em 25 anos. Enquanto a queda acumulada entre 1992 e 2005 havia sido de 54,61%, ao acrescentarmos 2006 à série, temos uma redução acumulada de 58,54%. Nossa percepção é que o Suplemento de Programas Sociais introduzidos nas PNADs de 2006 e de 2004 parecem estar introduzindo esta distorção. Os anos de suplemento 2004 e 2006 foram excepcionais em termos de colheita de indicadores de renda: 2004 pela desigualdade em queda, 2006 pela pujança generalizada.

Estes anos seriam melhores que os anteriores inclusive em precisão estatística, pois o suplemento incita aos respondentes do questionário da PNAD a reportarem a sua renda e, especialmente, a de seus demais familiares de maneira mais forte que a usual. Falo de perguntas dos suplementos 2004 e 2006 do tipo você tem Bolsa Família; você recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e quantas pessoas percebem estes benefícios em sua casa etc. Isto geraria mudanças no bolo e na distribuição entre rubricas percebido diretamente nos dados. Sendo menos niilista, eu proporia comparar 2007 com 2005 ou anos pré 2004 apenas. Isto resolveria o problema, pois a diferença de instrumentos de coleta similares em anos diferentes tende a eliminar as distorções.

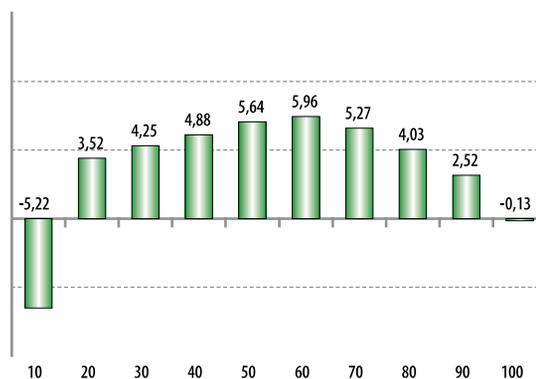
Sugestões — Outra palavra de cuidado de preparação culinária pnadiana. Fruto do efeito-suplemento, a proporção de zeros sobe de 1,2%, em 2006, para 1,8%, em 2007, medidas que se baseiam apenas em rendas positivas como essas indicam uma melhora maior na desigualdade e da média do que deveria ser observado este ano, mas gera o efeito inverso nos demais anos (fora, talvez, 2004). O problema

Gráf. 1 – Brasil: variação acumulada da renda média (%) (2007/2001)



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Gráf. 2 – Brasil: variação acumulada da renda média (%) (2007/2006)



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

é combinar o efeito-suplemento com estatísticas parciais que não consideram os com renda zero, como divulgado nas publicações oficiais com tabulações da PNAD. Nas PNADs sem suplemento especial os sem renda crescem. Nossa sugestão é calcular estatísticas com todos os brasileiros e não apenas aqueles com renda positiva. Uma outra sugestão com algum interesse de corpo de usuário a fim de aumentar o grau de precisão estatística, a PNAD deveria ter suplemento todos os anos.

Voltando à linha de miséria proposta pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) — mais elevada do que a da ONU —, observamos, portanto, uma queda acumulada de 48,5% da respectiva insuficiência no período de 1992 a 2006. Ainda não chegamos, mas estamos próximos da meia-vida da miséria de acordo com os dados da nova PNAD e a linha da FGV. A taxa média anual de redução de miséria de 1992 a 2006 foi de -4,43% ao ano, quase o dobro da taxa necessária para reduzir a extrema pobreza à metade em 25 anos — seria de 2,73% ao ano.

Dadas as diferenças de horizontes de tempo envolvidas, vamos confrontar as estatísticas em termos de taxa de crescimento média anual, o que permitirá uma comparação direta com os resultados obtidos no último ano. Os 5,59% de redução de miséria alcançados em 2007 sugerem, por exemplo, que na aritmética das metas do milênio, avançamos no último ano, o que, pelo acordo, deveríamos obter em 5,1 anos. Já a queda de miséria observada desde o fim da recessão de 2003, atinge em média 11,8% ao ano, ou seja, cada ano do período que chamamos aqui de Real do Lula, corresponde a 4,1 anos de cumprimento do compromisso do milênio, enquanto no período do *boom* do Real original (1993 a 1995) reduzimos a miséria em média, a 10,74% a cada ano, o que corrobora o paralelismo dos dois episódios aqui explorado.

Fontes — Entre os determinantes imediatos da distribuição de renda brasileira, temos o nível e a desigualdade de diferentes fontes de renda, indo desde os rendimentos privados ganhos através do trabalho, das transferências familiares, ou da posse de ativos, até as rendas transferidas pelo estado como aposentadorias, pensões e programas sociais, como seguro-desemprego, a previdência rural e o Bolsa Família. Decompomos aqui o crescimento da renda domiciliar *per capita* média em diferentes fontes. Partimos da relação entre a evolução anual *per capita* de cada tipo de renda, e ponderamos pelo seu peso relativo de cada uma na composição de renda total. Repartimos a renda dos indivíduos em cinco pedaços, incluindo a separação dos benefícios previdenciários em até e acima do PIS, seguindo nossa sugestão metodológica e de política pública feita em 1998, conforme a tabela.

Começamos a análise pelo período coberto pela nova PNAD (de 1992 a 2007). Houve um aumento da renda *per capita* média auferida individualmente por cada pessoa que passa de R\$ 344,93 para R\$ 526,27, um aumento de 2,86% ao ano por pessoa, ou 52,65% no acumulado deste período. Agora, o que explica esta variação de renda? Em primeiro lu-

Ano	Renda todas as fontes	Renda de todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências públicas – BF	Piso previdência – SM	Previdência pós-piso – SM
2007	526,27	404,13	10,46	9,05	25,67	76,96
1992	344,93	282,17	6,06	7,6	10,24	38,86
Taxa crescimento anual (%)	2,86	2,42	3,71	1,17	6,32	4,66
Contribuição relativa crescimento renda (%)	100	71,16	2,34	0,93	6,73	18,85

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

gar, e mais importante, os fatores trabalhistas com 71,16% de contribuição relativa no crescimento da renda. Com 18,85%, a previdência (pós-piso), ou seja, renda previdenciária acima de um salário mínimo. O segundo tipo de renda da previdência (aquelas até um salário mínimo) vem em seguida com 6,73%. Outras fontes, como renda de bolsas e outras rendas privadas contribuem relativamente com 0,93% e 2,34%, respectivamente.

A análise da última PNAD, em relação à anterior, apresenta resultados ainda mais expressivos com relação à variação da renda por vias trabalhistas. Rendas provenientes do trabalho e da previdência foram as que impulsionaram o crescimento da renda total que alcançou 2,26%, na média, compensando as quedas apresentadas pelas rendas de bolsas e outras transferências privadas. Em termos de contribuição relativa, ou seja, levando em conta a participação de cada renda no total, a do trabalho alcançou o maior índice com patamar de 120,24%, enquanto que outras rendas privadas contribuíram de forma negativa com o crescimento da renda total (-18,61%) e o conceito de transferências públicas cai os pouco críveis -17,75%.

Seguindo a tradição de mais de uma década da equipe que compõe hoje o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, buscamos prover as informações de indicadores sociais baseados em renda. A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada em intervalo recorde. A defasagem entre a liberação física do microdado da PNAD no IBGE e a sua difusão foi de uma hora e quarenta minutos. A estatística de pobreza do CPS foi ao ar ao vivo no jornal de meio-dia da GloboNews. A pesquisa foi lançada oficialmente na sexta-feira às 11h, 24 horas depois da liberação dos microdados, com banco de dados interativo, vídeo e texto. O sítio da pesquisa www.fgv.br/cps/desigualdade disponibiliza um banco de dados interativo que permite a cada um decompor e analisar os níveis e as mudanças de indicadores sociais baseados em renda desde uma perspectiva própria. É como a escotilha de uma nave que permite observar na PNAD até onde ninguém — ou o coletivo de brasileiro — foi antes, como diz o seriado *Star Trek*. ▀

¹Outra característica desta década é a geração de emprego formal.

A anterior, além da estabilização, foi de aumento da escolaridade.

Seguindo nesta linha de identificar os avanços, as décadas de 1960 e 1970 foram do milagre — leia-se, crescimento econômico.